

CHAVES, Elói

*dep. fed. SP 1903-1914 e 1919-1930.

Elói de Miranda Chaves nasceu em Pindamonhangaba (SP) em 27 de dezembro de 1876, filho do coronel José Guilherme de Miranda Chaves e de Cândida Marcondes Chaves.

Estudou humanidades no Colégio Meneses Vieira e no Colégio Pedro II. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1896, e no mesmo ano foi nomeado promotor em São Roque. Foi depois removido para Jundiaí, onde abriu escritório de advocacia. No ano seguinte, já líder do Partido Republicano Paulista (PRP) local, foi eleito vereador e escolhido presidente da Câmara Municipal, respondendo também pela administração da cidade.

Em 1902 foi eleito deputado federal pelo PRP para a legislatura 1903-1905, finda a qual reelegeu-se mais três vezes, cumprindo mandato até dezembro de 1914. Considerado um grande orador, teve presença constante nos debates que trataram da exploração do potencial hidroelétrico e do sistema de serviço de força elétrica e luz do país. No segundo governo de Rodrigues Alves em São Paulo (1912-1916) e no governo de Altino Arantes (1916-1920), foi secretário de Negócios da Justiça (1/11/1913 a 14/12/1918), esteve também à frente da Secretaria de Segurança Pública, e ainda acumulou a pasta da Agricultura nos últimos três meses de sua gestão. No período, a Segurança Pública de São Paulo passava por ampla reformulação, baseada em convênio que trouxe a Missão Militar francesa ao estado.

Em 1919 foi novamente eleito deputado federal, iniciando nova sucessão de mandatos que só se encerraria com a Revolução de 1930. Apresentou então o projeto que o tornaria conhecido como “o pai da previdência social” no Brasil. A iniciativa foi transformada no Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como “Lei Elói Chaves”, assinado pelo então presidente Artur Bernardes (1922-1926). O decreto criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, considerada o embrião do Instituto Nacional de Previdência Social, e a primeira aposentadoria foi concedida menos de três meses após sua aprovação, em 14 de abril.

Com o fechamento dos órgãos legislativos do país pela Revolução de outubro de 1930,

afastou-se da vida pública e passou a se dedicar aos seus negócios. Fazendeiro com diversos empreendimentos em Jundiaí, também ganhou notoriedade como empresário do setor de energia elétrica, aquele que mais construiu usinas hidrelétricas no país, expoente da iniciativa privada nacional no início do século XX. Em sociedade com Rodrigo Alves, fundou a Empresa Luz e Força de Jundiaí, em 1902, e construiu as hidrelétricas Monte Serrat e Quilombo, no rio Jundiaí, em 1914. Seu conglomerado de usinas cresceu rapidamente, e em 1912 adquiriu a Companhia de Rio Claro, que passou a se chamar Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro (Sacerc) e promoveu a construção de nove hidrelétricas, uma usina térmica, mais de mil quilômetros de linhas de transmissão e cerca de quinhentos quilômetros de linhas de distribuição, servidas por 17 subestações estabelecidas no interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em 1923, passou a controlar a Empresa Água, Força e Luz de Mogi Mirim e, em 1926, associou-se à Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu. No entanto, não resistiu à concorrência dos grupos internacionais Light & Power e American & Foreign Power (Amforp), que exerciam um virtual controle da produção e distribuição de energia elétrica no país, e vendeu a empresa para o grupo da Light em 1927.

Seu pioneirismo e esforço na geração e distribuição de energia elétrica renderam-lhe diversas homenagens. Recebeu título de cidadão das cidades de Rio Claro e Jundiaí, onde tinha negócios, e em 1980 a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE) instituiu a Medalha Elói Chaves, conferida à concessionária brasileira que, no período de um ano, registrar o menor número de acidentes. Suas empresas legaram rico acervo arquitetônico, como a Usina do Corumbataí, em Rio Claro, onde foi encontrada, sob a estátua de Elói Chaves, uma cápsula do tempo, datada de 1960, contendo diversos documentos. Esse patrimônio cultural hoje integra o acervo da Fundação Energia e Saneamento. Seu nome foi dado a uma escola pública em Jundiaí e a diversas ruas em cidades do interior de São Paulo.

Morreu em 18 de abril de 1964.

Era casado com Almerinda Mendes Pereira.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); Dicionário de ruas. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.com.br/>>; FUND. EN. SAN. Disponível em: <<http://www.energiaesaneamento.org.br/noticias/detalhe.php?uidn=54>>; Jornal Campos do Jordão. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/jornaldecampos/497/prev.htm>>; Pindavale. Disponível em: <<http://www.pindavale.com.br/filhosilustres/eloychaves.asp>>; Requerimento nº 151/1964, aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo.